

Olimpíada do Exército, 1972: propaganda política e a construção do consenso social ao redor da Ditadura Militar no Sesquicentenário da Independência

Bruno Duarte Rei¹ 

Andrea Moreno² 

Luciano Mendes de Faria Filho³ 

Olimpíada do Exército, 1972: political propaganda and the construction of social consensus around the Military Dictatorship during the Sesquicentennial of Independence

Olimpíada do Exército, 1972: propaganda política y la construcción del consenso social en torno a la Dictadura Militar durante el Sesquicentenario de la Independencia

Resumo

Este artigo analisa as relações estabelecidas entre Ditadura Militar e sociedade brasileira, por meio de um evento que ganhou destaque nas comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil: a *Olimpíada do Exército*, realizada em Porto Alegre, de 26 de abril a 7 de maio de 1972, sob a organização da Comissão de Desportos do Exército. Com base em correspondências, materiais de divulgação e recortes de jornais e revistas contidos no Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário (Arquivo Nacional), examina os pontos de contato instituídos entre a ocorrência da *Olimpíada* e o projeto de propaganda política em voga no Governo Médici, configurando-se, assim, como um mecanismo de reafirmação do consenso social formado ao redor da Ditadura naquela ocasião.

Palavras-chave: *Ditadura Militar (Brasil); Propaganda política; Consenso social; Olimpíada do Exército; Sesquicentenário da Independência.*

Abstract

1 Doutorado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: br.duarterei@gmail.com.

2 Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora titular e coordenadora do Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil. E-mail: andreafeufmg@gmail.com.

3 Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil e coordenador do Portal do Bicentenário. E-mail: lucianomff@uol.com.br.

This article analyzes the relationships established between the military dictatorship and Brazilian society through an event that gained prominence in the celebrations of the Sesquicentennial of Brazil's Independence: the *Olimpíada do Exército*, held in Porto Alegre from April 26 to May 7, 1972, organized by the Army Sports Commission. Based on correspondence, promotional materials, and newspaper and magazine clippings from the Central Executive Commission's Sesquicentennial Fund (*Arquivo Nacional*), it examines the points of contact between the occurrence of the *Olimpíada* and the political propaganda project in vogue during the Médici Government, thereby constituting a mechanism for reaffirming the social consensus formed around the Dictatorship at that time.

Keywords: *Military Dictatorship (Brazil); Political propaganda; Social consensus; Olimpíada do Exército; Sesquicentennial of Independence.*

Resumen

Este artículo analiza las relaciones establecidas entre la dictadura militar y la sociedad brasileña a través de un evento que ganó protagonismo en las celebraciones del Sesquicentenario de la Independencia de Brasil: la *Olimpíada do Exército*, realizada en Porto Alegre del 26 de abril al 7 de mayo de 1972, bajo la organización de la Comisión de Deportes del Ejército. Con base en correspondencias, materiales de divulgación y recortes de periódicos y revistas contenidos en el Fondo de la Comisión Ejecutiva Central del Sesquicentenario (*Arquivo Nacional*), examina los puntos de contacto entre la ocurrencia de la *Olimpíada* y el proyecto de propaganda política vigente durante el Gobierno de Médici, constituyéndose así como un mecanismo de reafirmación del consenso social formado en torno a la dictadura en esa ocasión.

Palabras clave: *Dictadura Militar (Brasil); Propaganda política; Consenso social; Olimpíada do Exército; Sesquicentenario de la Independencia.*

Introdução

Este artigo resulta da confluência de dois projetos: a conclusão de uma tese de doutorado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense e a elaboração de uma exposição virtual, baseada em parte dessa pesquisa, realizada pelo Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Universidade Federal de Minas Gerais, sob encomenda do Portal do Bicentenário. No contexto dessa última iniciativa – que coincidiu com o episódio amplamente conhecido como o “sequestro” do 7 de setembro de 2022 – a equipe responsável pela exposição se perguntava constantemente: como é possível que um governo ou liderança política obtenha apoio social complacente com a defesa de um regime autoritário e com as inúmeras violações aos Direitos Humanos por ele cometidas?

No Brasil do final dos anos 1970, período de fortalecimento dos movimentos de oposição à Ditadura Militar, a resposta social a essa incômoda pergunta assumiu contornos redentores: “resistimos ao regime desde o seu princípio, e os poucos que cederam assim procederam por conta da manipulação ou do medo” (Rollemberg, 2006; Napolitano, 2015). Contudo, sobretudo na última década, novas interpretações vieram à tona – como as contidas nas coletâneas organizadas por Rollemberg e Quadrat (2010), Quadrat e Rollemberg (2015a; 2015b) e Rollemberg e Cordeiro (2021). Fundamentadas em pesquisas acadêmicas, essas versões demonstram que parte da sociedade não pautou sua relação com a Ditadura necessariamente pela resistência. Ao contrário, interagiu com o regime de forma multifacetada e ambivalente, contribuindo – por meio de redes de apoio tácito, jogos de acomodação, bolsões de silêncio e outros comportamentos benevolentes – para a formação de um consenso social que, além da propaganda e da repressão, sustentou o regime durante sua vigência.

Adotada como categoria analítica central tanto nas pesquisas mencionadas quanto neste artigo, a noção de consenso social não se confunde com uma

simples unanimidade entre os membros de uma comunidade política. Refere-se, antes, a comportamentos sociais complexos, multifacetados e, por vezes, ambivalentes, que, conforme enfatiza Mario Riorda, concorrem – junto às ações mais explícitas de adesão e resistência – para a reprodução cotidiana de um regime político específico. Exemplos desses comportamentos incluem a indiferença, a simpatia acolhedora e a sensação de absoluta impotência, entre outras formas de agir diante de contextos autoritários ou não (Riorda, 2006).

Alinhado a essa perspectiva, este artigo volta-se para o ano de 1972, quando o Governo Médici convidou a população brasileira a comemorar, no auge da euforia cívica e desenvolvimentista provocada pelo “milagre econômico”, o Sesquicentenário da Independência (Almeida, 2013; Cordeiro, 2015). Busca-se, assim, lançar luz sobre a complexidade das relações entre Ditadura e sociedade, por meio da análise de um evento ainda pouco explorado pela historiografia: a *Olimpiada do Exército*, realizada em Porto Alegre, de 26 de abril a 7 de maio, pela Comissão de Desportos do Exército. O objetivo é examinar os pontos de contato entre a realização da *Olimpiada* e o projeto de propaganda política vigente, entendendo-a como um mecanismo de reafirmação do consenso social instituído em torno da Ditadura naquele momento.

Para tanto, este estudo mobiliza o Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, disponível no Arquivo Nacional. Produzido pela comissão responsável pela organização e execução das comemorações em todo o país, o fundo reúne vasta documentação: materiais distribuídos (filmes, discos, livros, pôsteres, cartazes etc.); cerca de 6.350 correspondências (cartas, ofícios, telegramas e telexes) trocadas com autoridades públicas, dirigentes de entidades civis e militares, empresários e cidadãos comuns; além de um grande volume de recortes de jornais e revistas, organizados em 67 pastas colecionadoras, que refletem a cobertura da imprensa escrita nacional sobre os eventos comemorativos.

Importa destacar que esse fundo não foi tratado como um repositório neutro de documentos, mas como suporte material de fontes históricas de feições

“monumentais”, no sentido atribuído por Jacques Le Goff. Ou seja, como um legado à memória coletiva nacional, destinado a sugerir – sobretudo às gerações futuras – leituras desejadas sobre o Sesquicentenário, tornando-se, assim, um instrumento de poder, especialmente simbólico (Le Goff, 1994). Os documentos foram interpretados, portanto, como “representações”, que, conforme Roger Chartier, não se limitam a transmitir informações objetivas sobre um evento, mas também expressam ideias e valores por meio dos quais indivíduos ou grupos buscaram agir sobre a sociedade ao representar seus interesses (Chartier, 1988).

Partindo dessa premissa, o artigo recorre também à chamada “narrativa densa” (Geertz, 1973), levando em consideração as condições materiais, técnicas e ideológicas das fontes, com o intuito de compreender, a partir de uma crítica circunstanciada de seus lugares de inserção – sociais, políticos, econômicos, culturais etc. – os usos políticos da *Olimpíada* como prisma de análise das relações entre Ditadura Militar e sociedade brasileira. Sociedade essa que vivia tempos incomuns: seja por estar – preocupada ou não – sob a égide de um regime autoritário brutal; ou, então, pela experiência de vivenciar, em meio à euforia cívica e desenvolvimentista do “milagre”, o Sesquicentenário – efeméride amplamente mobilizada pela Ditadura para reafirmar a sua legitimidade, sendo capaz, como se verá na análise da *Olimpíada*, de convencer parcelas de distintos segmentos sociais do país.

Anos de “chumbo” para alguns, anos “dourados” para muitos outros: o contexto das comemorações do Sesquicentenário

Em 1972, a Ditadura Militar atravessava a fase mais violenta de seu projeto autoritário e excludente de poder. O regime já dispunha de um aparato repressivo e informativo bem estruturado e, respaldado pelo Ato Institucional n. 5 (AI-5), editado no final da década de 1960, exercia poderes ampliados e sem prazo de expiração: decretação de estado de sítio, fechamento do parla-

mento, cassação de mandatos, suspensão de direitos políticos, demissão de servidores, censura à imprensa, supressão *do habeas corpus* para crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem socioeconômica e a economia popular, entre outros. Como destaca Rodrigo Patto Sá Motta, o AI-5 representou um marco de radicalização: a Ditadura tornou-se mais militarizada, autoritária e violenta, restringindo a atuação de aliados civis e intensificando a perseguição a opositores, com uso sistemático de torturas, assassinatos políticos e ocultação de cadáveres (Motta, 2020).

Paralelamente à escalada repressiva, o país vivia o auge do chamado “milagre econômico” – um período sem precedentes de crescimento acelerado entre 1968 e 1973, com média anual do Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 11% e inflação entre 16% e 27%, os menores índices desde 1959 (Prado; Earp, 2020). Como observa Janaína Cordeiro, esse foi o momento de maior prestígio social da Ditadura, impulsionado por um sofisticado aparato de propaganda política que explorava intensamente tanto o *boom* econômico quanto a conquista do tricampeonato mundial de futebol em 1970. Mesmo em meio aos chamados “anos de chumbo”, o regime conseguiu projetar a imagem de um “Brasil grande”, transformado em potência econômica e civilizacional, convencendo parcelas expressivas da sociedade de que o país vivia seus supostos “anos dourados” (Cordeiro, 2009).

Conforme resume Carlos Fico, o projeto de propaganda política conduzido pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) – órgão responsável pela comunicação oficial da Ditadura – tinha como um de seus traços principais a apropriação, de forma sofisticada e inédita até então, de temáticas não doutrinárias, com poucas colorações oficiais e próximas à sensibilidade da população brasileira, constituindo aquilo que o autor denomina “tópicos do otimismo”: a exuberância natural da pátria, a dita cordialidade do seu povo, a imaginada democracia racial existente na nação, o suposto conagraçamento social entre os compatriotas, a pretensa harmonia e integração nacional, entre outros. Segundo o autor, grande parte do empenho dedicado à imple-

mentação desse projeto propagandístico tinha como objetivo central o estabelecimento de associações – frequentemente construídas de maneira muito sutil, dada a eficácia desse tipo de abordagem – entre a Ditadura e a “onda” de entusiasmo cívico e otimismo desenvolvimentista que tomou conta do Brasil no início dos anos 1970, impulsionada, como já vimos, especialmente pelas elevadas taxas de crescimento e pelos baixos índices de inflação provocados pelo “milagre econômico” (Fico, 1996).

Como aponta Janaína Cordeiro, as comemorações do Sesquicentenário, realizadas entre 21 de abril e 7 de setembro de 1972, constituíram uma das expressões mais emblemáticas do entusiasmo cívico e do otimismo desenvolvimentista que marcaram o Brasil no princípio da década de 1970. Planejadas para exaltar a “grandeza” do país e, por extensão, demonstrar a adesão da sociedade à Ditadura, essas celebrações mobilizaram discursos e práticas cívicas voltadas à promoção de sentimentos de devoção nacional. Dessa forma, buscava-se articular passado, presente e futuro por meio da ideia, amplamente difundida pela propaganda oficial, de que o país teria conquistado sua independência política em 1822 e, graças ao “milagre econômico”, sua independência econômica em 1972. Além da simbólica transferência dos restos mortais de Dom Pedro I de Portugal para o Brasil, a programação incluiu uma variedade de eventos voltados a diferentes áreas de interesse: história, civismo, diplomacia, economia, artes, música, cinema, esportes, entre outros (Cordeiro, 2015).

A abertura da Olimpíada do Exército como expressão da propaganda política e do consenso social em torno do Governo Médici

Imersas no referido contexto, cerca de 50 mil pessoas compareceram ao estádio Beira-Rio, em uma noite chuvosa, para prestigiar a cerimônia de abertura da *Olimpíada do Exército*. O evento teve início por volta das 20 horas, com

o desfile de 900 atletas militares das delegações do I, II, III e IV Exércitos, além dos Comandos Militares da Amazônia e do Planalto. Durante o desfile, o presidente Médici foi intensamente aplaudido ao aparecer na tribuna de honra, enquanto balões verdes e amarelos eram lançados ao céu. Em seguida, o general Breno Borges Fortes – comandante do III Exército e principal responsável pela organização da *Olimpíada* – saudou o presidente, as autoridades, os atletas e o público. Aproveitou também para realizar uma operação propagandística que, como já visto, permeou as comemorações do Sesquicentenário: a articulação entre passado e presente, com vistas à projeção de um futuro otimista para o país. Em breve discurso, Fortes afirmou: “feliz é o povo que sabe cultivar os grandes vultos de seu passado e festejar condignamente os momentos marcantes de sua história”. Segundo ele, “o Brasil de hoje, que vive um maravilhoso momento de seu desenvolvimento, embora com os olhos voltados para o futuro, não esquece o passado e nele busca força e inspiração para prosseguir na sua jornada”. Concluiu dizendo: “como parte das comemorações [...], estamos aqui, irmanados e confiantes, para darmos início à *Olimpíada*” (Chefe..., 1972).

Após a fala de Fortes, Médici foi breve ao declarar aberta a *Olimpíada*. Enquanto recebia nova salva de palmas, os alto-falantes do Beira-Rio reproduziram o hino do evento, composto por Miguel Gustavo e interpretado por Clara Nunes. A execução do hino, transmitido com potência pelo sistema de som, preenchia o estádio com uma melodia festiva que mesclava a cadência marcial à vibração popular típica das marchas carnavalescas – fórmula recorrente na produção musical encomendada pelo regime (Araújo, 2002). Mais do que simples peça de entretenimento, o hino funcionava como instrumento de exaltação patriótica, projetando a *Olimpíada* como um símbolo de integração entre civis e militares e de união nacional em torno de um ideal comum – notadamente, o ideal de um “Brasil Grande”. Cumpria, assim, como veremos mais adiante, a função de reiterar aquele que seria o principal objetivo do evento – legitimar, por meio de sua programação esportivo-cultural,

a narrativa oficial de harmonia social sob a tutela do regime. Veja-se abaixo a letra do hino:

“Ô ô ô ô ô *Olimpíada do Exército*” / “Todos cantando à uma voz” / “Ô ô ô ô ô *Olimpíada do Exército* de todos nós” / “Porto Alegre recebe feliz gente de todo o país” / “Salve os artistas, salve os turistas” / “Salve a torcida unida e gentil.” / “Irmãos, cada um do seu lado” / “Mas todos ao lado do meu Brasil!” (Tudo foi..., 1972).

Ao término do Hino da Olimpíada do Exército, teve início uma nova solenidade. Ao som do Hino Nacional, três bandeiras foram hasteadas: a do Brasil, por Fortes; a do Rio Grande do Sul, por Victor Faccioni, secretário de Estado extraordinário para assuntos da Casa Civil; e a da Comissão de Desportos do Exército, pelo general Antonio Jorge Corrêa, presidente da comissão. Em seguida, as luzes do estádio foram apagadas, revelando no centro do gramado o major Nilo Jaime Ferreira da Silva, campeão mundial de pentatlo militar em 1960. Carregando uma tocha, o major deu uma “volta olímpica” no Beira-Rio e acendeu a pira instalada no local. Nesse momento, sob aplausos, um coral entoou, junto ao público, outra composição de Miguel Gustavo: Pra frente Brasil – canção que, como já é amplamente conhecido, embalou tanto a campanha da seleção brasileira na Copa de 1970 quanto os feitos do “Brasil grande” capitaneado por Médici durante o “milagre econômico” (A Olimpíada..., 1972).

Logo após, os refletores foram novamente apagados, marcando o início de uma queima de fogos, que coincidiu com a entrada em campo das seleções brasileira e paraguaia de futebol. A partida – principal atração da cerimônia – terminou com uma vitória modesta do Brasil por 3 a 2. Antes da execução dos hinos nacionais, os refletores foram reacendidos para a retirada das delegações militares, que desfilaram em continência ao presidente da República, ao som do Hino do Sesquicentenário – outra composição de Miguel Gustavo, gravada em duas versões: uma por Milton e Shirley, e outra por Ângela Maria com o Coral do Joab (Fogos..., 1972).

Vale destacar que o teor do Hino do Sesquicentenário não difere significativamente do de Pra frente Brasil, nem de outras canções apologeticas da Ditadura compostas por Miguel Gustavo, como Brasil, eu adoro você! (feita para a Semana da Pátria de 1970), Semana do Exército (dedicada à Semana do Exército de 1971), A estrada (em homenagem à Rodovia Transamazônica, 1972) e o próprio Hino da Olimpíada do Exército. Em geral, todas essas composições compartilham um traço comum: a exaltação, por meio de versos de fácil memorização e temas específicos, daquilo que Carlos Fico denomina “tópicos do otimismo”: como já vimos, a exuberância natural da pátria, a dita cordialidade do seu povo, a imaginada democracia racial existente na nação, o suposto conagração social entre os compatriotas, a pretensa harmonia e integração nacional, entre outros (Fico, 1996). Não por acaso, muitos desses tópicos estão presentes no Hino do Sesquicentenário, que, ao convidar a população para participar das comemorações, sugere uma leitura otimista do país:

“Marco extraordinário” / “Sesquicentenário da Independência” / “Potência de amor e paz” / “Esse Brasil faz coisas” / “Que ninguém imagina que faz” / “É Dom Pedro I” / “É Dom Pedro do Grito” / “Esse grito de glória” / “Que a cor da história à vitória nos traz” / “Na mistura das raças” / “Na esperança que uniu” / “O imenso continente nossa gente, Brasil” / “Sesquicentenário” / “E vamos mais e mais” / “Na festa, do amor e da paz.” (Hino do Sesquicentenário..., 1972).

Ao compor sob encomenda o Hino do Sesquicentenário, Miguel Gustavo recorreu a uma das estratégias retóricas mais utilizadas pela AERP: a tentativa de reafirmar o oposto da realidade vivida no país. Como afirma Carlos Fico, o regime agia, inclusive no campo da propaganda, de forma “envergonhada”, ou seja, “desejando não ser reconhecido como uma Ditadura, negando que houvesse propaganda, como negava que houvesse tortura e censura” (Fico, 2003, p. 196). Segundo o autor, o coronel Otávio Costa, mentor da propaganda desenvolvida pela AERP, acreditava que certos traços definiriam o caráter na-

cional. Para além da alegria, do otimismo e da hospitalidade, Costa destacava o grande senso de ridículo dos brasileiros, que, em sua visão, inviabilizava a realização de uma propaganda que enaltecasse a autoridade ou ostentasse os sinais típicos do poder. Como explica Fico, essa percepção levou à adoção de uma propaganda de perfil escapista, centrada em temas idílicos – como confiança, dedicação e participação – em pleno contexto ditatorial. Muito provavelmente, é dessa lógica que deriva a mobilização do Hino do Sesquicentenário para falar de paz, amor e união em 1972: ano marcado, simultaneamente, pela euforia cívica e desenvolvimentista provocada pelo “milagre” e pelo horror das inúmeras violações aos direitos humanos perpetradas pelo regime – censura, perseguições, tortura, execuções sumárias, entre outras.

Pelo exposto, importa mencionar, conforme Janaina Cordeiro, que o “milagre” deve ser compreendido, neste artigo, não apenas como um fenômeno econômico, mas como um processo social mais amplo, marcado por uma dupla dimensão. Por um lado, mobilizou expectativas de construção coletiva, progresso nacional e ascensão social em diversos setores da sociedade brasileira, funcionando como vetor de legitimação simbólica da Ditadura Militar e, conseqüentemente, contribuindo para a reprodução cotidiana de um consenso social em torno do regime. Por outro lado, o “milagre” também esteve associado à sensação de segurança e ordem proporcionada pela repressão aos chamados “inimigos da pátria” – comunistas, subversivos, terroristas e opositores em geral –, reforçando junto a significativos segmentos da população a percepção de que o país vivia, para além do progresso econômico e civilizacional, um momento excepcional de estabilidade, segurança e harmonia social. Em outras palavras, uma realidade de paz, amor e união, conforme evocada pelo Hino do Sesquicentenário (Cordeiro, 2015).

Como se pode notar, a cerimônia de abertura da *Olimpíada* configurou-se como um momento privilegiado de expressão do projeto de propaganda política em curso no Governo Médici. Funcionou, sobretudo, como um espaço de reforço da “leitura correta” sobre os rumos do Brasil promovida pela Di-

tadura, na qual a unidade nacional e o otimismo em relação ao futuro eram elevados à condição de valores incontestáveis. A presença do presidente ovacionada pelo público; os discursos patrióticos proferidos por autoridades; a execução de hinos ufanistas interpretados por artistas de renome; e a mobilização de símbolos nacionais – com destaque para a seleção brasileira de futebol – compuseram um repertório de bens simbólicos que, ao mesmo tempo em que relegavam a segundo plano as tensões sociais e políticas do período mais violento do regime, reiteravam a imagem de um país coeso, em marcha – na esteira do “milagre” – rumo a um inevitável progresso econômico e civilizacional. Nesse sentido, a cerimônia não apenas expressou os esforços da Ditadura em reforçar sua legitimidade, como também evidenciou como o consenso social estabelecido ao seu redor era cotidianamente reafirmado, encontrando ressonância em práticas culturais vinculadas, especialmente, ao campo do esporte e da música (Cordeiro, 2015; Rei, 2020a).

*Muito mais que um evento esportivo: a programação da
Olimpíada do Exército como fator de promoção da coesão
entre civis e militares*

Como vimos, a *Olimpíada do Exército* ocorreu entre 26 de abril e 7 de maio, reunindo competições nacionais e internacionais, civis e militares, em 17 modalidades esportivas: atletismo, basquete, ciclismo, esgrima, futebol, ginástica, hipismo, judô, natação, pentatlo militar, rally, remo, tênis, tiro, turfe, vela e vôlei. Embora a presença de competições civis possa parecer, à primeira vista, contraditória em um evento militar, é importante destacar que, desde suas edições anteriores – Curitiba (1970) e Belo Horizonte (1971) – a *Olimpíada* nunca se propôs a ser estritamente militar. Pelo contrário, sempre manteve um caráter “civil-militar”, com o objetivo central de promover, por meio da mobilização política do esporte e de eventos culturais diversos, a união entre civis e militares em torno do ideal de um “Brasil grande”. Em outras palavras,

da ideia de que o eterno “país do futuro” teria finalmente se convertido, na esteira do suposto “milagre” em curso durante o Governo Médici, em uma potência econômica e civilizacional (Olimpíada do Exército/72..., 1972a).

É importante destacar, conforme aponta Janaína Cordeiro, que a ideia do Brasil como “país do futuro” – popularizada por Stefan Zweig em sua obra *Brasil, país do futuro* (Zweig, 1941) – foi ressignificada durante a Ditadura Militar, especialmente no contexto do “milagre econômico”. Como demonstra a autora, o governo Médici apropriou-se dessa narrativa não apenas por meio do projeto de propaganda oficial conduzida pela AERP, mas também ao explorar eventos simbólicos, como a própria *Olimpíada*, que, alinhados às diretrizes de tal projeto propagandístico, reforçavam a imagem de que o tão almejado futuro próspero estava prestes a se concretizar – transformando, dessa forma, o Brasil no “país do presente”. Segundo Cordeiro, essa operação simbólica foi amplamente mobilizada como instrumento de reforço da suposta legitimidade do regime, contribuindo, portanto, para a consolidação do consenso social em torno da Ditadura estabelecido naquela ocasião (Cordeiro, 2015).

Em 1972, a *Olimpíada* contou com a participação de 1.400 atletas: 900 militares, representando os I, II, III e IV Exércitos, além dos Comandos Militares da Amazônia e do Planalto; e 500 civis, incluindo atletas independentes e representantes de clubes tradicionais como Botafogo, Flamengo, Fluminense, Corinthians, Sírío Libanês, Pinheiros, Minas, entre outros. As competições civis ocorreram paralelamente às militares, com atletas civis competindo entre si em eventos de caráter civil, gratuitos e abertos ao público. Da mesma forma, os atletas militares disputaram apenas entre si em eventos de natureza militar, também gratuitos e abertos à população (Olimpíada do Exército tem..., 1972).

As competições civis contaram com a participação de equipes e atletas renomados. Destacam-se, por exemplo, Nélson Prudêncio e Aida dos Santos, figuras proeminentes do atletismo nacional; as equipes de vôlei de Botafogo,

Minas e Pinheiros, que reuniam a maioria dos atletas convocados para os *Jogos Olímpicos de Munique* (1972); e as equipes de basquete de Corinthians, Flamengo e Sírio Libanês, que apresentaram jogadores titulares da seleção brasileira, como Dodi, Mosquito, Menon, Radvilas, Sucar e Vitor. A equipe de remo do estado da Guanabara era composta majoritariamente por campeões do *Campeonato Sul-Americano de Remo de Montevideu* (1972). Ademais, a seleção brasileira de futebol participou de um amistoso na cerimônia de abertura, reunindo jogadores consagrados que haviam contribuído para a conquista da *Copa do Mundo* de 1970, no México (Olimpíada, 1972). A inclusão de competições civis visava, sobretudo, à popularização do evento (Olimpíada do Exército tem..., 1972), aspecto essencial para o alcance de seu objetivo central – como já vimos, a promoção da união entre civis e militares em torno do ideal de “Brasil grande”.

Além da admissão de competições esportivas civis, outra estratégia adotada para ampliar a popularização da *Olimpíada* foi a inclusão de eventos culturais de distintas naturezas, também gratuitos, em sua programação. Entre os destaques, esteve a *Mostra de Artes – Olimpíada do Exército*, realizada de 27 de abril a 7 de maio no Palácio Farroupilha, como uma das etapas regionais da *Mostra de Artes – Sesquicentenário da Independência do Brasil*, que ocorreria posteriormente entre 25 de agosto e 30 de setembro no Parque Ibirapuera. Também integrou a programação a *Exposição Comemorativa do Sesquicentenário da Independência*, realizada no Teatro São Pedro, que exibiu uma coleção de objetos pessoais de Dom Pedro I e promoveu um ciclo de conferências sobre a Independência nacional. A *Olimpíada* incluiu ainda a *Feira da Criança*, voltada ao público infantil, nos dias 29 e 30 de abril, no Jardim Zoológico de Sapucaia, com desfiles, passeios, apresentações artísticas, atividades recreativas, sorteios de prêmios e distribuição de alimentos. No dia 30 de abril, o Estádio Olímpico Monumental recebeu um desfile protagonizado por tradicionais escolas de samba cariocas. Já em 6 de maio, foi realizado um show aéreo da Força Aérea Brasileira em frente ao Parque Náutico Alberto Bins, seguido de

um desfile náutico civil-militar nas águas do rio Guaíba, com partida do Estádio Náutico de Porto Alegre. Ademais, entre 27 de abril e 7 de maio, o ginásio do Grêmio Foot-Ball Porto-Alegrense sediou uma série de apresentações de músicos, artistas e humoristas renomados, com destaque para o show de Elis Regina, cuja repercussão polêmica será abordada mais adiante.

Como se pode perceber, a *Olimpíada* ultrapassou a condição de mero evento esportivo, configurando-se como um evento de programação híbrida, que articulou diversas atividades esportivas e culturais. Ao reunir atletas de destaque, clubes tradicionais, artistas populares e instituições civis em um calendário variado e abrangente, foi estrategicamente utilizada como plataforma para celebrar uma suposta integração nacional harmoniosa. Sob essa ótica, reforçava-se igualmente o imaginário de progresso econômico e civilizacional promovido pela Ditadura por meio de seu aparato oficial de propaganda. Nesse sentido, a programação da *Olimpíada* corrobora a hipótese de que o evento, como um todo, se constituiu como instrumento de naturalização do regime e da presença militar na esfera pública brasileira, projetando – conforme sugerido no hino oficial do evento, discutido na seção anterior – uma imagem de entusiasmo coletivo que, ao envolver simultaneamente civis e militares, contribuía para a legitimação simbólica da Ditadura então vigente no país.

A propósito da escolha de Porto Alegre como sede e sua função política e simbólica no contexto de ocorrência da Olimpíada do Exército

A escolha de Porto Alegre como sede da *Olimpíada do Exército* não se pautou unicamente por critérios logísticos ou esportivos. Tratou-se de uma decisão profundamente vinculada aos objetivos políticos e simbólicos do governo Médici, especialmente no contexto das comemorações do Sesquicentenário. Como aponta Bruno Duarte Rei, o presidente orientou a Comissão Executiva

Central do Sesquicentenário – vale lembrar, responsável pela organização e execução das celebrações em todo o território nacional – a assegurar que tais festividades fossem descentralizadas e de caráter popular, alcançando todas as unidades federativas. O projeto contemplava um amplo ciclo de atividades cívicas multifacetadas – históricas, diplomáticas, artísticas, culturais, esportivas, entre outras – concebidas para mobilizar sobretudo as camadas populares, exaltando os supostos tempos extraordinários vividos sob o “milagre econômico” e, de forma convergente, reforçando a imagem de um Brasil coeso, integrado e em marcha rumo a seu premente progresso econômico e civilizacional (Rei, 2020a).

Cabe destacar que a definição de Porto Alegre como sede também se relaciona a um episódio político-esportivo ocorrido no mesmo ano de 1972: a exclusão do lateral-esquerdo Everaldo, único representante gaúcho da seleção campeã da *Copa do Mundo* de 1970, da convocação para a *Taça Independência* – torneio internacional de futebol organizado pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD) como parte das comemorações oficiais do Sesquicentenário (Rei, 2020b). Conforme detalha Cesar Augusto Guazzelli, essa exclusão desencadeou a mais expressiva manifestação pública de desagrado registrada no Rio Grande do Sul durante a fase mais repressiva da Ditadura Militar. A indignação mobilizou torcedores, imprensa e dirigentes locais, culminando em um jogo histórico entre a seleção brasileira e a seleção gaúcha de futebol, diante de mais de 100 mil espectadores no estádio Beira-Rio. O empate por 3 a 3 foi interpretado pela torcida local como uma reafirmação da dignidade e da qualidade do futebol gaúcho frente ao nacional, evidenciando tensões latentes entre a identidade regional e o já bastante conhecido projeto oficial de integração nacional promovido pelo regime (Guazzelli, 2010).

À luz desse contexto, a escolha de Porto Alegre como sede da *Olimpíada* também pode ser interpretada como um gesto de reconciliação simbólica. Assim, o evento operou como instrumento político destinado a reaproximar a popu-

lação local do projeto oficial de unidade nacional, ao mesmo tempo em que buscava neutralizar os efeitos da crise provocada pela *Taça Independência*. Ao transformar um episódio de dissenso em um palco de celebração e propaganda do regime, a *Olimpíada* reafirmou a narrativa de um Brasil coeso, integrado e em ascensão. A presença de autoridades, a exibição ostensiva de símbolos nacionais — inclusive a seleção brasileira de futebol — e a participação de atletas e artistas renomados contribuíram para projetar uma imagem de harmonia e progresso. Nessa encenação, o Rio Grande do Sul era simbolicamente reintegrado à pátria — ainda que, como sugere Guazzelli (2010), essa reintegração tenha ocorrido mais sob a lógica do espetáculo e da pacificação simbólica do que por meio de um reconhecimento efetivo de suas demandas.

As repercussões do polêmico show realizado por Elis Regina no âmbito de setores da esquerda brasileira

Entre os eventos que integraram a programação não esportiva da *Olimpíada do Exército*, um deles gerou especial controvérsia entre setores da esquerda brasileira: o show realizado por Elis Regina, no ginásio do Grêmio, na noite de 2 de maio. A apresentação somou-se a outras ações de envolvimento da intérprete com as comemorações do Sesquicentenário, como a gravação de um comercial convocando o povo brasileiro para participar do *Encontro Cívico Nacional* — que abriu oficialmente as celebrações em 21 de abril — e sua aparição no dia do evento, também em comercial, regendo um coral de artistas da Rede Globo de Televisão na execução do Hino Nacional (Araújo, 2002; Cordeiro, 2015).

As primeiras críticas públicas à cantora surgiram de forma sutil na edição de 18 a 24 de abril do semanário alternativo *O Pasquim*. No cartum intitulado *Picadinho*, Jaguar retratou dois personagens conversando. Um deles pergunta “e a Elis Regina, hein?”, ao que o outro responde com um gesto de desaprovação (Jaguar, 1972, p. 17).

Na edição seguinte, de 25 de abril a 1º de maio, a capa do semanário trazia a chamada provocativa: “e a Elis, hem? [sic]” (O Pasquim, 1972, capa). Nessa mesma edição, Henfil publicou críticas mais contundentes à intérprete por meio do cartum *Cabôco Mamadô – um produto Henfil*, no qual Elis Regina é representada regendo um coral no cemitério dos mortos-vivos do Cabôco Mamadô – personagem criado pelo cartunista para “enterrar” figuras públicas que se aproximavam da Ditadura Militar. Entre os mortos-vivos retratados estavam personalidades que, assim como Elis, haviam se envolvido com o Sesquicentenário: Roberto Carlos, Pelé, Tarcísio Meira, Glória Menezes, Paulo Gracindo e Marília Pêra (Henfil, 1972, p. 7). Ainda nessa edição, um informe especial do Cabôco ironizava: “depois de suas últimas atuações em comerciais da TV, nossa intérprete popular vai trocar seu nome de Elis Regina para Elis Regente” (Henfil, 1972, p. 23).

Na edição de 2 a 8 de maio, novas críticas à cantora foram publicadas. Ziraldo, em seu cartum *Ziraldo vê TV*, abordou a influência da televisão na formação da consciência popular. Oito personagens são retratados em torno de uma TV, discutindo os sonhos de seus filhos. Um deles afirma: “meu filho quer ser regente para fazer comerciais” – referência direta à atuação de Elis Regina (Ziraldo, 1972, p. 8-9). Na mesma edição, Henfil voltou a criticar a intérprete com o cartum *Henfil apresenta com tristeza n’alma Cabôco Mamadô e seu fantástico cemitério dos mortos-vivos*. Nele, Elis aparece dentro de um jazigo, reclamando dos humoristas, que ela acusa de atuarem como “guardas morais” que não aceitavam concessões feitas por artistas em troca de dinheiro. Inconformada, ela pede veementemente para ser reencarnada, desejo prontamente atendido pelo Cabôco, que a transforma em Maurice Chevalier – cantor francês que, em 1945, causou polêmica ao se apresentar na Alemanha Nazista a pedido de Hitler (Henfil, 1972, p. 3).

O envolvimento de Elis Regina com os eventos do Sesquicentenário acabou por criar uma espécie de “mancha” em sua trajetória artística, levando-a a ser duramente criticada por segmentos da esquerda brasileira. Além das crí-

ticas veiculadas por Jaguar, Ziraldo e Henfil em *O Pasquim*, outro episódio emblemático ocorreu durante o festival *Phono 73* – evento não competitivo promovido pela gravadora Phonogram entre os dias 10 e 13 de maio de 1973, no Centro de Convenções do Anhembi, em São Paulo. O festival reuniu grandes nomes da Música Popular Brasileira (MPB), como Caetano Veloso, Chico Buarque, Gal Costa, Gilberto Gil, Maria Bethânia e Nara Leão. No show de Elis, realizado em 11 de maio – mesma noite do famoso episódio em que a censura interrompeu a apresentação de Chico e Gil na canção Cálice, composta especialmente para o evento – a cantora foi recebida com intensas vaias por parte do público, majoritariamente composto por jovens de classe média, escolarizados e alinhados à esquerda, ou seja, o público-alvo da MPB. A hostilidade foi tamanha que Caetano Veloso, ao ouvir da plateia a provocação “Vai cantar na *Olimpíada do Exército!*”, reagiu energicamente dos bastidores: “Respeitem a maior cantora do Brasil!” (Araújo, 2002, p. 163).

A indignação dirigida a Elis Regina é, em certa medida, compreensível. Desde pelo menos 1964, quando abandonou o estilo rock à la Celly Campello e passou a interpretar canções de protesto, a cantora buscava construir, na grande mídia, a imagem de uma artista politicamente engajada, socialmente comprometida e alinhada às esquerdas. Como demonstra Rafaela Lunardi, embora parte da crítica especializada dos anos 1960 a considerasse mais afeita ao *marketing* do que à militância política, Elis teve atuação ativa na defesa da MPB dentro de uma perspectiva anti-imperialista cara à oposição de esquerda de linhagem “nacional-popular”. Em 1967, por exemplo, quando seu nome passou a figurar em listas de artistas suspeitos elaboradas por órgãos da repressão, ela participou como uma das lideranças da emblemática marcha contra a guitarra elétrica, realizada em São Paulo, em protesto contra a “americanização” da música brasileira (Lunardi, 2015). Assim, não é difícil imaginar o quanto deve ter sido repugnante, para setores da esquerda, testemunhar as relações benevolentes que Elis estabeleceu com o regime durante o Sesquicentenário – ou seja, justamente em um momento de ápice da fase mais brutal de seu projeto autoritário e excludente de poder.

Outro aspecto relevante da indignação dirigida à intérprete diz respeito ao papel simbólico da MPB no período mais opressor da Ditadura (1969-1974). Como argumenta Marcos Napolitano, as canções associadas à sigla dialogaram profundamente com as lutas sociais travadas naquele contexto, contribuindo para dar sentido à experiência da resistência, tanto poética quanto musicalmente. Dessa forma, a MPB tornou-se uma forma de contraviolência simbólica frente ao terror de Estado, preservando a circulação de uma expressão lírico-subjetiva crítica ao regime, mesmo sob forte censura. Napolitano sustenta que, nesse sentido, a MPB sublimou o medo e o silêncio impostos pela repressão, constituindo-se como uma complexa “rede de recados” que expressava – de forma sutil e, por vezes, codificada – as demandas reprimidas de seu público principal. Esse público era composto majoritariamente por jovens de classe média, escolarizados e de orientação política à esquerda, com destaque para os estudantes universitários – segmento que, desde pelo menos 1965, quando Elis venceu o *I Festival de Música Popular Brasileira*, alimentava a expectativa de que ela se consolidasse como a grande “diva” de uma MPB sofisticada e engajada (Napolitano, 2001; 2017). Não por acaso, foi esse mesmo público que condenou com veemência seu envolvimento nas comemorações do Sesquicentenário, fazendo coro às críticas formuladas pelos cartunistas de *O Pasquim*.

Além de Elis Regina: o envolvimento de civis nos eventos da programação da Olimpíada do Exército

Um aspecto ainda pouco conhecido – talvez ofuscado pela ampla repercussão da polêmica envolvendo Elis Regina – é que a intérprete não foi a única personalidade do meio artístico a participar de eventos comemorativos do Sesquicentenário. Tomando como base apenas a *Olimpíada do Exército*, objeto de estudo deste artigo, é possível constatar que a lista de músicos, artistas e humoristas envolvidos na programação dos shows realizados no ginásio do Grêmio era extensa. Entre os nomes divulgados estavam Agildo Ribeiro, An-

tônio Carlos & Jocáfi, Antônio Marcos, Beth Carvalho, Clara Nunes, Claudete Soares, Eliana Pittman, Elza Soares, Erasmo Carlos, Evinha, Golden Boys, Jair Rodrigues, Jô Soares, Jorge Ben Jor, Liverpool Sound, Luiz Gonzaga, Marcos Valle, Martinho da Vila, Moacyr Franco, Os Mutantes, Os Incríveis, Pery Ribeiro, Roberto Carlos, Ronnie Von, Sá, Rodrix & Gurabyra, Taiguara, Teixeira, Tony Tornado, Trio Mocotó, Vanusa, Wanderléa, Wanderley Cardoso, Wilson Simonal, entre outros (Olimpiada do Exército reunirá..., 1972).

A análise dos espetáculos realizados no ginásio do Grêmio – iniciativa da Rede Brasil Sul de Comunicações e da Rede Globo de Televisão, com patrocínio da Shell – revela que o envolvimento de civis com a *Olimpiada* foi muito mais amplo do que o caso emblemático de Elis Regina. Além desses shows, 243 artistas dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo submeteram 661 obras à *Mostra de Artes – Olimpiada do Exército* (Mostra de Arte da Olimpiada..., 1972), enquanto o Museu Histórico Nacional e o Museu Imperial contribuíram com peças de seus acervos para a *Exposição Comemorativa do Sesquicentenário da Independência* (Mostra do Sesquicentenário inaugurada..., 1972). A *Feira da Criança* atraiu cerca de 175 mil pessoas com apresentações do Circo do Palhaço Carequinha e do Centro de Tradições Gaúchas Presilha do Rio Grande, além de sorteios de brinquedos promovidos pelas empresas Estrela e Atma (Para as crianças no zoo, 1972). Os desfiles de 600 ritmistas das escolas de samba cariocas Em Cima da Hora, Imperatriz Leopoldinense, Acadêmicos do Salgueiro e Unidos do São Carlos reuniram aproximadamente 40 mil espectadores no Estádio Olímpico (Artistas e esportes..., 1972), e até mesmo os humildes pescadores da Colônia da Ilha da Pintada participaram com entusiasmo nas festividades, integrando-se a cerca de 500 embarcações civis e militares que prestigiaram o show aéreo e o desfile náutico ocorrido no rio Guaíba (Quem não assistiu, perdeu..., 1972).

A participação de instituições e indivíduos civis também se fez presente nas competições esportivas da *Olimpiada*. Além dos clubes e atletas renomados já mencionados, diversas disputas foram organizadas por entidades civis. A

CBD, por exemplo, foi responsável por cinco eventos: o *Torneio Independência de Atletismo*, o *Campeonato Brasileiro Extra de Ginástica Olímpica*, o *Campeonato Brasileiro de Ciclismo*, o *Sarau Internacional de Ginástica Moderna* e a *Regata Internacional de Remo*. Esta última incluiu uma cerimônia de batismo dos barcos olímpicos da flotilha alemã Pirsch – recém-doadada pela confederação à Federação Gaúcha de Remo – com nomes em homenagem a conhecidas autoridades associadas à Ditadura Militar, como Médici, Jarbas Passarinho e João Havelange (No intervalo da regata haverá..., 1972). Também sob responsabilidade de entidades civis, o *Rally da III Olimpíada do Exército* foi promovido pela Federação Gaúcha de Automobilismo e pelo Clube Porto-Alegrense de Rally, em circuito que percorreu os três estados do sul do país; e o *Concurso Hípico Internacional*, conduzido pela Federação Hípica Sul Rio-Grandense, foi realizado na pista do Estádio Hípico de Belém Novo (Quem não assistiu, perdeu..., 1972).

Esses exemplos demonstram que Elis Regina não foi, de forma alguma, uma exceção. Embora sua participação tenha gerado intensa polêmica, o envolvimento de instituições e indivíduos civis com os eventos da *Olimpíada* – e, por extensão, com as comemorações do Sesquicentenário – foi amplo e diverso. Ainda que tais ações não se caracterizem necessariamente como adesão engajada à Ditadura, elas frequentemente implicavam práticas de consentimento: indiferença, simpatia acolhedora, apoios tácitos, jogos de acomodação, bolsões de silêncio, sensação de impotência, entre outras. Como observa Pierre Laborie, essas práticas compõem o que se denomina “zona cinzenta” – espaço social por vezes ambivalente, situado entre os polos da adesão e da resistência, onde é possível atuar, inclusive, simultaneamente em ambos os campos (Laborie, 2003). Segundo Denise Rollemberg, foi nessa extensa e complexa “zona cinzenta” que se posicionou boa parte da sociedade brasileira na primeira metade dos anos 1970 (Rollemberg, 2006). É também nesse espaço que, em 1972, passou a se situar Elis Regina: artista que, embora projetada na mídia como representante de uma MPB engajada, participou de ações que

contribuíram para a legitimação simbólica do regime durante as comemorações do Sesquicentenário.

Diante do envolvimento de tantos artistas e instituições civis na *Olimpíada*, cabe perguntar: por que apenas Elis Regina foi alvo de tamanha controvérsia? Como vimos, ouvir MPB, em meados de 1972, representava mais do que simples entretenimento – era um gesto de consciência cívica, um ritual de pertencimento à sociedade civil em oposição à Ditadura. Outros gêneros musicais, como o samba, o pop-rock, a black music ou, até mesmo, a vanguarda pós-tropicalista contavam com públicos menos suscetíveis a polêmicas políticas e com menor capacidade de interlocução com a imprensa alternativa – fenômeno semelhante ao que se observa em outros microcosmos sociais, como o campo esportivo, a elite empresarial ou os setores menos abastados. Nesse contexto, a participação de Clara Nunes – cantora à época mais associada ao universo do samba – ilustra bem essa diferença. Ao gravar o Hino da Olimpíada do Exército, Clara contribuiu diretamente para o projeto simbólico do evento, mas sua atuação não gerou grandes reações negativas. Já no caso de Elis, a expectativa de que ela se consolidasse como a “diva” de uma MPB sofisticada e engajada intensificou, como já vimos, a cobrança de seu público – uma classe média jovem, escolarizada e de esquerda, que, ao se sentir traída, fez eco às críticas formuladas pelos cartunistas de *O Pasquim*.

O encerramento da Olimpíada do Exército e a Ditadura Militar como produto social: entre o consenso social e a “natureza” do regime

A cerimônia de encerramento da *Olimpíada do Exército* ocorreu em 7 de maio, por volta das 20h30, no ginásio do Grêmio. A programação teve início com a entrega da Medalha do Pacificador a quatro personalidades civis, condecoração concedida pelo general Orlando Geisel, então ministro do Exército, em reconhecimento aos serviços prestados na promoção da aproximação entre

civis e militares. Foram agraciados: Victor Faccioni – secretário de Estado extraordinário para assuntos da Casa Civil; Peter Albert Landsber – diretor-geral da Shell, patrocinadora dos shows da *Olimpíada*; José Blota Júnior — apresentador de televisão e ex-deputado estadual por São Paulo, eleito pela Aliança Renovadora Nacional (1965–1971); e Marco Antônio Kraemer – jornalista responsável pela cobertura diária do Exército Brasileiro no jornal *Correio do Povo* (Cerimônia cívico-militar e show..., 1972).

Na sequência, a primeira-dama do estado do Rio Grande do Sul, Neda Triches, recebeu simbolicamente as chaves de um Fusca 1500 – vulgo “Fuscão” – sorteado durante o intervalo do amistoso entre Brasil e Paraguai, na cerimônia de abertura da *Olimpíada*. Como o sorteio não teve ganhador, o automóvel foi destinado à primeira-dama, que o doou ao Hospital da Criança Santo Antônio, em Porto Alegre. Em seguida, foi realizado o arriamento solene das bandeiras do Brasil, do Rio Grande do Sul e da Comissão de Desportos do Exército, hasteadas desde 27 de abril no ginásio. A cerimônia foi conduzida por três representantes simbólicos: um soldado (representando as Forças Armadas), o cantor Roberto Carlos (representando a juventude e a comunicação) e o jogador Everaldo (representando – face às polêmicas que envolveram a sua não convocação para a *Taça Independência* – o povo brasileiro). Durante o arriamento, uma “chuva” de papéis laminados verde e amarelo foi despejada exclusivamente sobre a bandeira nacional, enquanto o público — cerca de oito mil pessoas – entoava de mãos dadas, junto ao coral do Instituto de Educação Flores da Cunha, o Hino Nacional (Olimpíada do Exército terminou com sucesso, 1972).

O comandante do III Exército, Breno Borges Fortes, então declarou oficialmente encerrada a *Olimpíada*, destacando que as comemorações do Sesquicentenário continuariam em todo o país. A cerimônia foi concluída com um show de Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Luiz Gonzaga. Além dos populares que lotavam as arquibancadas, participaram autoridades civis e militares como o governador Euclides Triches, o presidente da Assembleia Legislativa

Francisco Solano Borges, o presidente do Tribunal de Justiça Manoel Brustoloni Martins, o comandante da V Zona Aérea Leonardo Teixeira Collares e o presidente da Comissão de Desportos do Exército Antonio Jorge Corrêa, entre outros (Olimpíada do Exército chega ao final..., 1972).

Como destacam Denise Rollemberg e Samantha Quadrato, sociedades que vivenciaram regimes autoritários seguidos por processos de redemocratização – como a brasileira – tendem a construir memórias coletivas marcadas por oposições binárias e maniqueístas, tais como “Estado repressor *versus* sociedade vitimizada”, “colaboradores *versus* resistentes”, “bem *versus* mal”, entre outras. Essas narrativas, ainda hegemônicas inclusive em alguns fóruns acadêmicos, carregam simplismos e distorções significativas, sobretudo por desconsiderarem os regimes autoritários como produtos sociais (Rollemberg e Quadrato, 2010). Como explica Daniel Aarão Reis Filho, a Ditadura brasileira, por exemplo, não se sustentou por 21 anos apenas por meio da coerção e da manipulação (Reis Filho, 2010). Embora tais práticas tenham sido centrais – como amplamente demonstrado por autores como Carlos Fico (2001, 2020) –, também houve um complexo consenso social instaurado durante o regime, construído a partir de comportamentos multifacetados e, em muitos casos, ambivalentes, que contribuíram para a sustentação do *status quo* autoritário para além da espionagem, da polícia política, da censura e da propaganda.

Com efeito, a análise da cerimônia de encerramento da *Olimpíada* nos ajuda a compreender a Ditadura como um produto social. Ou seja, como um regime gestado no interior da sociedade brasileira e que, em grande medida por isso, não era percebido como algo estranho – ou tampouco problemático – por parcelas expressivas de seus diversos segmentos sociais. Não por acaso, é possível identificar na cerimônia de encerramento do evento um conjunto de exemplos que expressavam o consenso social em torno da Ditadura naquela ocasião, como a participação de Faccioni, Landsber, Blota Júnior e Kraemer em condecoração concedida pelo Ministério do Exército, em reconhecimento aos serviços prestados na aproximação e entrosamento entre civis e militares;

a presença de Everaldo e Roberto Carlos na solenidade de arriamento das bandeiras do Brasil, do Rio Grande do Sul e da Comissão de Desportos do Exército, representando, respectivamente, o povo brasileiro e a juventude/comunicação; a realização de um show por este último, junto com Erasmo Carlos e Luiz Gonzaga, para celebrar o encerramento bem-sucedido da *Olimpiada*; além do envolvimento de aproximadamente oito mil pessoas comuns, que, assim como artistas, atletas, jornalistas, empresários e autoridades civis e militares, compunham a *mise-en-scène* do regime, vestindo o verde e amarelo, empunhando suas bandeiras, cantando de mãos dadas e acompanhando, com patriotismo entusiasmado, o coral do Instituto de Educação Flores da Cunha na execução do Hino Nacional.

Deve-se salientar que, em que pese o exposto, este artigo não compartilha da visão de que o Brasil vivia, em 1972, sob a égide de uma ditadura “civil-militar”, como sustenta, por exemplo, Daniel Aarão Reis Filho, ao alegar que o apoio da sociedade constituiria “a dimensão civil do regime ditatorial, mesmo que o topo da pirâmide do poder fosse ocupado por chefes militares” (Reis Filho, 2014, p. 62). A esse respeito, há concordância com Carlos Fico, que afirma que “virtualmente tudo em política pode ser analisado segundo a rede de apoios e adversidades em que se insere, de modo que dizer que algo recebeu o apoio de outrem não retira a essencialidade de algo, sua configuração imanente” (Fico, 2017, p. 52). Conforme explica o autor, o Estado Novo, por exemplo, pode ser caracterizado como uma ditadura civil tutelada pelos militares, pois o golpe de 1937 teria sido efetivamente militar, ainda que revestido de uma aparência civil. Ao ascender ao “poder”, Vargas teria conseguido usar e conter os militares. Porém, “o apoio dos militares – nesse caso absolutamente decisivo – não retira a natureza civil daquele regime” (Fico, 2017, p. 52).

Nesse sentido, entende-se que o golpe de 1964 foi efetivamente dado, e não apenas apoiado, por civis – governadores, parlamentares, embaixadores, entre outros – e militares, sendo, portanto, possível qualificá-lo como “civil-militar”. Todavia, conforme aponta Fico, alguns passos subsequentes ao golpe “ci-

vil-militar” evidenciaram o caráter “militar” do novo regime, especialmente “a decisão do Comando Supremo da Revolução de abortar, com o primeiro ato institucional, a discussão que havia no Congresso Nacional sobre conceder ou não aos vitoriosos poderes de cassação de parlamentares”; e, depois, “a prorrogação do mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967 – decisão tomada em julho de 1964” (Fico, 1997, p. 53). Por essa razão, considera-se, em consonância com o autor, que o regime vigente no Brasil entre 1964 e 1985 “foi inteiramente controlado pelos militares, de modo que adjetivá-lo em ressalva (foi militar, mas também civil ou empresarial ou o que seja) é supérfluo e impreciso”; além de ter “como tudo mais em História do Tempo Presente, imediata implicação política: nesse caso, justamente por causa dessa adversatividade [sic], a conotação é de redução da responsabilidade dos militares” (Fico, 1997, p. 53).

Balanço final da Olimpíada do Exército e os silenciamentos da memória hegemônica crítica à Ditadura Militar

Ao realizar um balanço avaliativo do evento, o general Antonio Jorge Corrêa, presidente da Comissão de Desportos do Exército, afirmou que “Porto Alegre surpreendeu pelas suas ótimas condições para permitir a realização da *Olimpíada do Exército*, especialmente com a cooperação de clubes e do Executivo Municipal” (Exército realça cooperação..., 1972). Já o general Orlando Geisel, ministro do Exército, atribuiu o êxito do evento ao talento de Corrêa. Segundo Geisel, o sucesso da *Olimpíada* “resultou de meticulosos planejamentos e de judiciosas medidas de execução, que atestaram, uma vez mais, a capacidade de liderança, zelo profissional, lúcida inteligência e perseverança do general Corrêa”. O ministro destacou ainda que Corrêa “promoveu criteriosa mobilização de recursos” e, ao mesmo tempo, “aceitou a colaboração espontânea de figuras das mais representativas dos círculos oficiais, artísticos, empresariais, entidades de classe e da sociedade em geral, transformando um simples coramento de uma atividade de instrução numa festa de alto sentido patriótico”.

Festa essa que, segundo Geisel, “contou com a calorosa participação do povo, seja pelo comparecimento maciço aos diversos eventos, seja através das câmaras de televisão, numa intensa vibração, que se propagou por todo o país” (Geisel louva Corrêa..., 1972).

Os balanços realizados por Corrêa e Geisel evidenciam aspectos das relações estabelecidas entre a Ditadura Militar e a sociedade brasileira, que, quando analisadas em sua complexidade, colocam em xeque a memória hegemônica crítica ao regime. Construída a partir de meados dos anos 1970, essa memória emergiu da confluência entre setores liberais – incomodados com a censura, o estatismo e os arbítrios discricionários da Ditadura – e setores da esquerda, especialmente intelectuais e simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro. Como explica Marcos Napolitano, a memória hegemônica mobilizou o mito da “resistência democrática” como elemento aglutinador da oposição, influenciando a conformação das identidades políticas forjadas no contexto da transição democrática. Segundo o autor, ao sugerir a imagem de uma sociedade que, quando não foi vítima passiva da violência física e simbólica do regime, lhe fez oposição desde o início, a memória hegemônica silencia – de forma ardilosa – sobre aspectos fundamentais da Ditadura. Entre eles, destacam-se o papel dos liberais na construção da ordem autoritária; o próprio autoritarismo presente nos projetos revolucionários da luta armada; e a quase completa absolvição dos demais segmentos sociais de qualquer responsabilidade na conformação do consenso que, aliado à propaganda política e à repressão, sustentou o regime durante sua vigência (Napolitano, 2015).

Não por acaso, a memória hegemônica crítica à Ditadura tende a omitir o fato de que, para parcelas expressivas da sociedade, os chamados “anos de chumbo” foram vividos como “anos dourados”, marcados por um clima de euforia cívica e desenvolvimentista impulsionado pelo “milagre econômico” (Cordeiro, 2009). Um exemplo revelador desse sentimento pode ser encontrado, entre outros contidos nas fontes analisadas, em um poema publicado por uma cidadã comum no jornal gaúcho *Diário de Notícias*. Intitulado *III olimpí-*

ada militar em manhã de sol, o texto homenageia o capitão do Exército João Gonçalves Soares, responsável pela coordenação das provas de atletismo da *Olimpíada*, e expressa, em versos, uma visão um tanto quanto idílica sobre a conjuntura nacional ao abordar o evento:

Manhã de sol, céu azul, natureza exuberante / Mundo de paz, música, riso de criança / Gramado verde, multidão, alegria contagiante / Olimpíada militar, país colorido de esperança. / Desfile de equipes, um espetáculo extraordinário / Civis e militares na competição, é a vez do atletismo / E o elo de união se faz, neste ano do Sesquicentenário / Salto, corrida, dardo e muito patriotismo. / Festa verde e amarela de alegria e união / I, II, III e IX Exército e CMA dão as mãos / É o nosso Brasil em tempo de integração / Civis, militares, ontem, hoje, sempre irmãos. / É o bom pago recebendo vibrante / Com sua gente amiga e hospitaleira / A III olimpíada militar no Rio Grande / orgulho e defesa desta terra brasileira (III olimpíada militar..., 1972).

De fato, exemplos como o poema citado reforçam a tese de que a memória segundo a qual a sociedade brasileira teria sido, desde o início e de forma majoritária, vítima passiva da coerção e da manipulação de uma ditadura toda-poderosa – e de que a resistência teria sido a tônica dos “anos de chumbo” – constitui uma construção *a posteriori*. Em outras palavras, trata-se de uma narrativa elaborada sobretudo a partir da segunda metade da década de 1970, com o intuito de absolver a miríade de comportamentos que sustentaram o consenso social em torno da ditadura, diante de uma nova conjuntura – notadamente, a transição democrática. Como argumenta Denise Rollemberg, nesse contexto, a sociedade se mobilizava para erigir um novo consenso, agora fundado na democracia como um de seus princípios estruturantes fundamentais (Rollemberg, 2006).

Não por acaso, Elis Regina ocupa, na memória hegemônica crítica à Ditadura, o lugar simbólico de intérprete do “Hino da Anistia” – a célebre canção O

bêbado e a equilibrista, de João Bosco e Aldir Blanc (1979). Ainda hoje, pouco se fala sobre sua participação em propagandas e em um show vinculado às comemorações do Sesquicentenário. Menos ainda se menciona os elogios e as defesas públicas à sua atuação feitos, em abril de 1972, por seu então marido, Ronaldo Bôscoli, em colunas publicadas no jornal Última Hora (Bôscoli, 1972a; 1972b); ou a entrevista concedida em 1993 pelo ex-empresário de Elis, Marcos Lázaro, à jornalista Léa Penteado, na qual afirmou que a cantora aceitou participar do evento em razão do bom cachê oferecido, sem apresentar objeções à proposta (Penteado, 1993).

Como observa Janaína Cordeiro, nas raras ocasiões em que a participação de Elis Regina em ações orquestradas pela Ditadura é mencionada, costuma-se reiterar – ao mesmo tempo em que se silenciam as colunas de Bôscoli e a entrevista de Lázaro – a versão apresentada pela própria intérprete em entrevista à revista *Veja*, publicada em 1978 (Cordeiro, 2015). Nessa versão, Elis atribui sua participação ao medo, alegando que não apenas ela, mas toda a sociedade foi compelida a ceder ao regime. Em suas palavras: “eu cantei nessa olimpíada e o pessoal da Globo todo também participou. Todos foram obrigados a fazer. E você vai dizer que não? Eu tinha exemplos muito recentes de pessoas que disseram que não e se lascaram, então eu disse que sim”. Segundo a intérprete: “quando apareceu isso eu procurei o Aldir Blanc e disse: ‘poxa, que sacanagem’. E ele falou: ‘você cedeu como cederam os 90 milhões’”. E concluiu: “agora é fácil acusar [...], numa situação [...] idêntica eu não sei se faria de novo. Porque eu morro de medo” (O sinal está vermelho, 1978).

Pelo exposto, Cordeiro parece mesmo estar correta ao afirmar que a predominância da versão de Elis Regina à *Veja*, bem como os silenciamentos sobre os registros de Bôscoli e Lázaro, não são casos fortuitos. Conforme a autora, a narrativa da intérprete refletia os anseios de grande parte da sociedade no final dos anos 1970, que buscava caminhos para a reconciliação nacional – algo que Elis soube expressar com força simbólica ao interpretar O bêbado e a equilibrista e ao mencionar o medo como justificativa para sua adesão.

Assim, tanto sua versão à *Veja* quanto sua performance do “Hino da Anistia” contribuíram para reafirmar a ideia de que a democracia sempre foi um valor inestimável e que a Ditadura foi uma imposição implacável. Como aponta Cordeiro, poucos ainda se lembram de Elis cantando para os militares; e, quando isso ocorre, a lembrança tende a ser conciliadora, refletindo a postura hegemônica da sociedade ao revisitar o passado ditatorial. Em outros termos, prevalece a memória da intérprete que cedeu por medo, em detrimento daquela que, por interesse financeiro, participou da *Olimpíada* (Cordeiro, 2015).

Considerações finais

As discussões desenvolvidas ao longo deste artigo permitem compreender a *Olimpíada do Exército* simultaneamente como produto e como agente do chamado “milagre econômico” – período em que, como vimos, a Ditadura Militar e segmentos expressivos da sociedade civil empenhavam-se na construção de um “Brasil grande”. A “onda” de otimismo gerada pelo “milagre” esteve associada a fatores amplamente conhecidos: altas taxas de crescimento econômico, realização de obras faraônicas, expansão dos meios de comunicação, ascensão da classe média, ampliação do ensino superior, controle da “subversão” e do “terrorismo”, entre outros. Entretanto, como afirma Livia Gonçalves Magalhães, em nenhuma outra dimensão da realidade social, a potência e a capacidade de realização do país se manifestavam com tanta magnitude e de forma tão tipicamente nacional quanto no campo esportivo – espaço privilegiado de mobilização simbólica, construção de identidades e disputa de narrativas (Magalhães, 2014).

Nesse sentido, a *Olimpíada* não apenas reafirmou a imagem de um Brasil supostamente transformado em potência econômica e civilizacional, como também se constituiu em um dispositivo estratégico para projetar essa narrativa à sociedade brasileira. Embora não tenha recebido o mesmo destaque da conquista da *Copa do Mundo* de 1970, o evento contribuiu para re-

forçar leituras otimistas sobre os rumos do país promovidas pela propaganda política oficial durante os anos do “milagre” – fenômeno que, cumpre frisar, extrapolou o universo do futebol e se manifestou, para além da *Olimpiada*, em eventos de outras modalidades esportivas específicas ainda pouco estudadas. Exemplos são as campanhas vitoriosas de Emerson Fittipaldi (campeão mundial de *Fórmula 1* em 1972), Éder Jofre (campeão mundial de boxe em 1973) e Henrique Mecking (campeão sul-americano de xadrez em 1972, classificação que lhe garantiu vaga no prestigiado Torneio dos Candidatos em 1973). Tais êxitos, amplamente explorados pela imprensa e incorporados ao discurso oficial, integravam um mesmo quadro de celebração do talento brasileiro, compondo uma atmosfera de otimismo que transcendia o campo esportivo e se projetava como alegoria do próprio destino nacional.

Afora o exposto, a *Olimpiada* também oferece elementos para compreender com maior profundidade as relações entre a Ditadura Militar e a sociedade brasileira. Mais precisamente, permite-nos ir além das leituras binárias e maniqueístas – formuladas sobretudo no contexto da redemocratização – que tendem a dividir a sociedade em polos rigidamente antagônicos: de um lado, a resistência; de outro, o apoio irrestrito ao regime. Como discutido ao longo do artigo, parece mais adequado reconhecer a existência de uma complexa “zona cinzenta” entre esses polos, na qual se manifestaram comportamentos múltiplos e, por vezes, ambivalentes diante do *status quo* autoritário. Longe de representar neutralidade, essa zona abarcava atitudes que oscilavam entre a adesão entusiástica, a aceitação tácita e formas sutis de negociação com o poder. Entre essas práticas, destacavam-se manifestações de consentimento que, ainda que nem sempre motivadas por convicção ideológica, contribuíam para reafirmar o consenso social estabelecido em torno do regime. É o caso, por exemplo, dos milhares de espectadores que, como visto anteriormente, lotaram o ginásio do Grêmio durante a cerimônia de encerramento da *Olimpiada*, vestidos de verde e amarelo, empunhando bandeiras e entoando, com visível entusiasmo patriótico, o Hino Nacional. Ao fazê-lo, não apenas partici-

param de um espetáculo, mas igualmente integraram – consciente ou inconscientemente – a *mise-en-scène* da Ditadura, que se valia de eventos do porte da *Olimpíada* para reforçar sua legitimidade política e projetar uma imagem de unidade nacional.

Assim, é possível afirmar que, mais do que um simples instrumento de manipulação e controle ideológico, a *Olimpíada* configurou-se como um mecanismo de reafirmação do consenso social em torno da Ditadura Militar. Essa perspectiva permite compreender que os brasileiros não se comportaram de forma inteiramente passiva diante da propaganda oficial, a qual só alcançou a dimensão e a força que teve porque encontrou ressonância em valores, expectativas e sensibilidades já presentes na sociedade. Do mesmo modo, evidencia que, na “zona cinzenta” situada entre a adesão e a resistência, coexistiam múltiplas atitudes sociais, que, articuladas à coerção e à manipulação, contribuíram para sustentar o regime ao longo de seus 21 anos de vigência. Tal enfoque reforça, portanto, a necessidade de superar as noções binárias e maniqueístas já mencionadas, reconhecendo a complexidade e a ambivalência das relações entre Estado autoritário e sociedade. Nesse sentido, um caminho promissor consiste em incentivar novos estudos sobre as continuidades estabelecidas entre a Ditadura e parcelas expressivas da população, que frequentemente viam o regime como legítimo representante de valores e tradições profundamente enraizados no imaginário nacional. Entre esses elementos, destaca-se o que Fico (1996) denominou “tradição otimista”, entendida como a crença no futuro promissor do país – uma visão de mundo que, mobilizada pelo discurso oficial, reforçou narrativas de progresso, ordem e modernização, despertando sentimentos de pertencimento e orgulho coletivo, e servindo, assim, de alicerce simbólico para a legitimação da Ditadura.

Como se pôde observar, a ocorrência da *Olimpíada* extrapolou – e muito – os limites do campo esportivo. Não apenas por incluir eventos de diferentes naturezas em sua programação, mas, sobretudo, por ter sido um dos instrumentos pelos quais a Ditadura, em pleno auge dos “anos de chumbo”, buscou

se apresentar como legítima – conseguindo, inclusive, convencer parcelas expressivas da sociedade. Nesse sentido, não parece equivocado afirmar que o regime utilizou o evento como estratégia de propaganda política, visando reforçar sua legitimidade e, conseqüentemente, o consenso social estabelecido ao seu redor. É preciso sublinhar, no entanto, que reconhecer esse uso não implica considerar que a *Olimpíada* tenha sido parte de um projeto propagandístico previamente arquitetado. Como alerta Carlos Fico, nem tudo foi planejado como em uma conspiração meticulosa: “elementos supervenientes ora facilitaram, ora prejudicaram, os projetos da AERP. O chamado ‘milagre econômico’ e a conquista da Copa do Mundo de futebol são do primeiro tipo; a inflação e a crise do petróleo, do segundo” (Fico, 1996, p. 146). Tudo indica que a *Olimpíada* foi, de fato, um desses elementos supervenientes do primeiro tipo – relevante para a trajetória da propaganda oficial, mas que não deve ser superestimado. Afinal, como conclui Fico (1996, p. 146): “havia um projeto que, muito mais do que esses episódios, orientava a ação da AERP”.

Referências

III OLIMPÍADA MILITAR em manhã de sol. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 26 abr. 1972. Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 23a, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1972.

A OLIMPÍADA DO EXÉRCITO COMEÇOU com várias solenidades. Do jogo, nem os jogadores gostaram. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 27 abr. 1972. Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 58, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1972.

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.

ARAÚJO, Paulo Cesar de. *Eu não sou cachorro, não*. Música popular cafona e ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ARTISTAS E ESPORTES SÃO o dia-a-dia da olimpíada. Recorte de matéria de jornal sem identificação. *Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário*, pasta 23b, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1972.

BÔSCOLI, Ronaldo. Lobo bobo. O lobo gostou. *UhRevista, Última Hora*, 10 abr. 1972a, p. 1.

BÔSCOLI, Ronaldo. Lobo bobo. O lobo gostou. *UhRevista, Última Hora*, 13 abr. 1972b, p. 1.

CBD PROGRAMA INTEGRAÇÃO no esporte. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 abr. 1972. Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 23b, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1972.

CERIMÔNIA CÍVICO-MILITAR E SHOW encerram Olimpíada do Exército. Recorte de matéria de jornal sem identificação. *Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário*, pasta 23b, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1972.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988. p. 13-28.

CHEFE DO GOVERNO ABRIU ontem a olimpíada em festa popular. Recorte de matéria de jornal sem identificação. *Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário*, pasta 23b, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1972.

CORDEIRO, Janaína. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CORDEIRO, Janaína. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 85-104, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862009000100005>.

EXÉRCITO REALÇA COOPERAÇÃO do município no êxito da olimpíada. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 6 maio 1972. Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 23b, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1972.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180309202017005>.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Série O Brasil Republicano, v. 4). p. 167-205.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

FOGOS, HINOS E BANDEIRAS: foi o começo da Olimpíada/72. *Zero Hora*, Porto Alegre, 27 abr. 1972. Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 23b, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1972.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GEISEL LOUVA CORRÊA pela III Olimpíada. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 maio 1972. Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 58, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1972.

GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Futebol em tempos de ditadura: o Rio Grande contra o Brasil. *Aurora*, São Paulo, n. 9, p. 84-102, 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/3756/2456>. Acesso em: 01 out. 2025.

HENFIL. Cabôco Mamadô – um produto Henfil. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 25 abr.-1º maio 1972, p. 7.

HENFIL. Henfil apresenta com tristeza n'alma Cabôco Mamadô e seu fantástico cemitério dos mortos-vivos. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 2-8 maio 1972, p. 3.

HENFIL. Informe especial. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 25 abr./01 maio 1972, p. 23.

HINO DO SESQUICENTENÁRIO da Independência do Brasil. Material de divulgação. *Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário*, pasta 23b, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1972.

JAGUAR. Picadinho. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 18-24 abr. 1972, p. 17.

LABORIE, Pierre. L'idée de résistance, entre définition et sens : retour sur un questionnement. In: LABORIE, Pierre. *Les Français des années troubles*. De la guerre d'Espagne à la Libération. Paris : Seuil, 2003. p. 15-17.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 462-478.

LUNARDI, Rafaela. *Em busca do "Falso Brilhante": performance e projeto autoral na trajetória de Elis Regina (Brasil, 1965-1976)*. São Paulo: Intermeios, 2015.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. *Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

MOSTRA DE ARTE DA OLIMPÍADA DO EXÉRCITO foi inaugurada ontem. Recorte de matéria de jornal sem identificação. *Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário*, pasta 23b, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1972.

MOSTRA DO SESQUICENTENÁRIO INAUGURADA ontem no MARGS. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28 abr. 1972. Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 58, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1972.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre a violência repressiva estatal: uma resposta proporcional à violência da esquerda? In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. *Coração civil*. A vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985). São Paulo: Intermeios, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. "Recordar é vencer": as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15, p. 9-44, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5433/1984-3356.2015v8n15espp9>.

NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção*: engajamento político e indústria cultural (1959-1969). São Paulo: Annablume, 2001.

NO INTERVALO DA REGATA HAVERÁ o batismo dos barcos da flotilha Pirsch doada pelo CND. Recorte de matéria de jornal sem identificação. *Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário*, pasta 23b, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1972.

OLIMPÍADA. *Zero Hora*, Porto Alegre, 26 abr. 1972. Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 23a, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1972.

OLIMPÍADA DO EXÉRCITO/72 e festejos paralelos. Recorte de matéria de jornal sem identificação. *Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário*, pasta 23a, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1972.

OLIMPÍADA DO EXÉRCITO CHEGA AO FINAL com festa popular. *A Notícia*, Rio de Janeiro, 9 maio 1972. Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 58, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1972.

OLIMPÍADA DO EXÉRCITO REUNIRÁ os maiores cartazes de nossa música. Recorte de matéria de jornal sem identificação. *Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário*, pasta 23a, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1972.

OLIMPÍADA DO EXÉRCITO TEM início amanhã e já recebeu os 1.400 atletas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 abr. 1972. Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 58, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1972.

OLIMPÍADA DO EXÉRCITO TERMINOU com sucesso. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 maio 1972. Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 58, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1972.

O PASQUIM, Rio de Janeiro, 25 abr./01 maio 1972, (capa).

O SINAL ESTÁ VERMELHO. *Veja*, São Paulo, 25 out. 1978, p. 6.

PARA AS CRIANÇAS NO ZOO. Recorte de matéria de jornal sem identificação. *Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário*, pasta 23b, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1972.

PENTEADO, Léa. *Um instante, maestro!* A história de um apresentador que fez história na TV. Rio de Janeiro: Record, 1993.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O milagre econômico: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano*. O tempo do regime autoritário. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Orgs.). *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015a. (História e memória das ditaduras do século XX, v. 1).

QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Orgs.). *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015b. (História e memória das ditaduras do século XX, v. 2).

QUEM NÃO ASSISTIU, Perdeu o espetáculo. Desfile no rio. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 7 abr. 1972. Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 23b, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1972.

REI, Bruno Duarte. *Celebrando a pátria amada*: esporte, propaganda e consenso nos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2020a.

REI, Bruno Duarte. Taça Independência (1972): o futebol no Brasil em tempos de milagre. *Locus*, Juiz de Fora, v. 26, p. 337-363, 2020b. DOI: <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.28279>.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Revolução e socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 363-392.

RIORDA, Mario. Hacia un modelo de comunicación gubernamental para el consenso. In: ELIZANDE, Luciano; FERNÁNDEZ, Damián; RIORDA, Mario. *La construcción del consenso: gestión de la comunicación gubernamental*. Buenos Aires: La Crujía, 2006. p. 17-144.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: Editora da UFSCar, 2006. p. 81-91.

ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína. Martins (Orgs.). *Por uma revisão crítica*. Ditadura e sociedade no Brasil. Salvador: Saggá, 2021.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (Legitimidade, consenso e consentimento no século XX, v. 2).

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha. Apresentação. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (Legitimidade, consenso e consentimento no século XX, v. 2). p. 11-32.

TUDO FOI MUITO BONITO na abertura da terceira olimpíada. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27 abr. 1972. Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, pasta 23b, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1972.

ZIRALDO. Ziraldo vê TV. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 2-8 maio 1972, p. 8-9.

ZWEIG, Stefan. *Brasil, país do futuro*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1941.

Recebido em: 26 de outubro de 2024
Aprovado em: 12 de setembro de 2025